



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

PROCURADORIA DO PODER LEGISLATIVO DE VOTUPORANGA

PARECER JURÍDICO Nº: 136

INTERESSADO: Câmara Municipal de Votuporanga

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 247/2024

PROCESSO INTERNO Nº 81/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2024- REQUER PARECER JURÍDICO QUANTO À POSSIBILIDADE DE ADITIVO COM ACRÉSCIMO QUANTITATIVO E FINANCEIRO CORRESPONDENTE A 11,97% DO VALOR CONTRATADO. ARTIGO 124, INCISO I, ALÍNEA B, ARTIGO 125 E ARTIGO 132, DA LEI Nº 14.133/2021.

I- DO RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de aditivo contratual, com acréscimo quantitativo e financeiro correspondente a 11,97% do valor contratado.

Conforme justificativa apresentada pela área demandante e pelo Gestor do contrato, a presente solicitação fundamenta-se na necessidade de reforço





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

de estoque dos materiais de limpeza utilizados rotineiramente pela equipe de serviços gerais da Casa Legislativa. Vejamos:

“Solicita-se a alteração contratual por acréscimo, mediante termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, com fundamento em levantamento de demanda complementar de materiais de limpeza e higienização de uso contínuo nas dependências da Câmara Municipal de Votuporanga, averiguado pela área demandante e pelo Fiscal do Contrato.

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade de reforço de estoque dos materiais de limpeza utilizados rotineiramente pela equipe de serviços gerais da Casa Legislativa. Após levantamento da Seção de Serviços Gerais, verificou-se que a demanda atual supera as quantidades inicialmente previstas no Contrato nº 09/2024, especialmente diante do aumento de consumo em razão da manutenção constante da higiene dos ambientes institucionais.

Ressalta-se que os itens solicitados suplementarmente integram o objeto do contrato original, estando todos os produtos descritos de forma compatível com as especificações técnicas e valores contratados, não havendo inovação contratual.

Segue detalhamento dos itens e respectivos valores unitários e totais na planilha “ANEXO 1” deste DFD, representando o montante de R\$ 1.850,39 (Um mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos), conforme cotação contratual vigente.

Nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a alteração contratual por acréscimo quantitativo de até 25% do valor original é legalmente permitida.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Considerando que o valor global do contrato é de R\$ 15.453,86, o acréscimo de R\$ 1.850,39 representa aproximadamente 11,97%, estando dentro do limite legal permitido.

Desta forma, solicita-se a tramitação do termo aditivo ao Contrato n° 09/2024 para formalização do acréscimo solicitado, garantindo a continuidade e eficiência dos serviços de higienização e manutenção da Câmara Municipal.

(...)

“Em razão da necessidade de acréscimo na contratação de bens de consumo de Higienização e Limpeza, mediante termo aditivo, nos termos do art. 124, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, com base em levantamento de demanda complementar, averiguado pela área demandante e pelo Fiscal do Contrato. Esclarecemos que os produtos são de uso contínuos pela equipe de limpeza desta Casa de Leis, e deste modo submetemos ao seu parecer para autorizar a emissão de Aditivo por acréscimo quantitativo. Assim, considerando que o valor global do contrato é de R\$ 15.453,86, o acréscimo de R\$ 1.850,39 representa aproximadamente 11,97% estando dentro do limite legal permitido.”

Instruem o pedido, no que interessa: (i) documento de formalização de demanda complementar; (ii) Anexo I- Planilha para contratação complementar-acréscimo de demanda de consumo-data 23/06/2025; (iii) solicitação de anuência para emissão de aditivo de contrato/acréscimo de demanda pelo Gestor de Contrato ao Presidente da Câmara e (iv) Despacho do Presidente deferindo o aditivo de contrato acréscimo/demanda.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Em síntese, eis o relato dos fatos.

Passo a análise Jurídica.

II- DA ANÁLISE JURÍDICA

A Lei nº14.133/2021 admite a alteração dos contratos administrativos. Embora pactuados os direitos e obrigações entre o poder Público e o particular, de acordo com determinados termos, a necessidade de atendimento ao interesse público e da preservação do equilíbrio econômico-financeiro poderá impor modificações nos termos contratuais.

Por estas razões é que, no decorrer da vigência deste contrato, poderá haver a alteração das suas cláusulas por meio de aditivo contratual, nas hipóteses previstas em lei, mediante as devidas justificativas, conforme dispõe o artigo 124 da Lei de Licitações.

Tais alterações poderão se dar de forma unilateral, pela Administração Pública, sendo as chamadas alteração qualitativa e alteração quantitativa, bem como também por acordo entre as partes, também denominada de alteração bilateral.

Embora as modificações sejam um ato discricionário da Administração Pública, é fundamental que haja um motivo que justifique a alteração.

Nesse sentido, é o que disserta Irene Nohara. A propósito:



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

“A modificação unilateral do contrato deve ser pautada em justificativa plausível. Deve ocorrer adequada motivação da alteração, evidenciada pela superveniência de motivo justificador, pois é praxe distorcida o fato de os administradores, em acordo com empresários, celebrarem contratos já sabendo que usarão da alteração unilateral para favorecimento de interesses particulares. (NOHARA, 2020, p. 464)”. (grifo nosso).

O artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, dispõe que os contratos poderão ser alterados com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração e por acordo entre as partes:

“Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

*§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado”. (grifo nosso).*





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Assim, o artigo 124, inciso I, alínea b, da Lei nº 14.133/2021, prevê expressamente a possibilidade de **alteração do contrato unilateralmente pela administração quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.**

De outro lado, o art. 125 da Lei 14.133/21 trata da alteração unilateral do contrato administrativo, disciplinando os limites legais para modificações unilaterais do objeto contratual impostas. Vejamos:

“Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento)”. (grifo nosso).

Conforme justificativa apresentada pela área demandante, a alteração contratual por acréscimo quantitativo de até 25% do valor original é legalmente permitida. Considerando que o valor global do contrato é de R\$ 15.453,86 (quinze mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos), o acréscimo de R\$ 1.850,39 (mil, oitocentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos), representa aproximadamente 11,97%, estando dentro do limite legal permitido.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Segundo Sidney Bittencourt (2023, p.833), **“3.2 Modificação do regime de execução ou fornecimento, verificada a inadequação do regime originário em função de uma eventualidade, o mesmo poderá e deverá ser alterado. De forma idêntica, na maneira estabelecida para um fornecimento”**. (BITTENCOURT; SIDNEY, 2023). (grifo nosso).

Ainda, no que tange ao **princípio da continuidade do serviço público**, é fundamental que o serviço seja concluído de forma satisfatória, motivo pelo qual o aditivo contratual, dentro dos limites razoáveis e fundamentados, é compatível com o interesse público, desde que devidamente formalizado.

De outro lado, o artigo 132 da Lei nº 14.133/2021, dispõe sobre o **termo aditivo**, vejamos:

“Art. 132. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês”.(grifo nosso).

O artigo 136 da Lei nº 14.133/2021, dispõe que, os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila:



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

“Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à re-pactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias”. (grifo nosso).

De outro lado, na Cláusula Décima Quarta, do contrato original nº 09/2024, firmado entre a Câmara Municipal de Votuporanga e a empresa R.T. DISTRIBUIDORA LTDA, foi prevista essa alteração. Vejamos:

“14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES:

14.1. *Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.*

14.2. *A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.*

14.3. *As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal, salvo nos*





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.4. *Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021".(grifo nosso).*

Portanto, considerando toda a fundamentação apresentada, pode-se perceber a possibilidade em formalizar o referido aditivo ao contrato.

No que tange aos aspectos formais do procedimento para aditivo, não se vislumbra óbice, desde que comprovadas às razões que se amoldam às exigências legais.

Diante disso, não há qualquer dúvida ou possível ilegalidade, visto que se trata de necessidade justificada, além disso, o aditamento contratual, para o caso em tela, é mais vantajoso a esta Edilidade.

III- DA CONCLUSÃO

Diante do exposto acima, pautando-me nas informações e documentos trazidos aos autos, além da justificativa apresentada, bem assim, diante das peculiaridades do caso concreto, OPINO pela LEGALIDADE/REGULARIDADE do aditamento do contrato administrativo nº. 09/2024.



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

No mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos.

É o nosso parecer, S.M.J.

Votuporanga, 26 de junho de 2025.

ROSELAINE CORREIA
Procuradora Legislativa
OAB/SP 368.365

Documento enviado para assinatura ao(s): ROSELAINE CORREIA.
Para verificar a(s) assinatura(s), utilize o seu validador preferencial.
e-CAM | PROCESSO ELETRÔNICO | <<<<>>DOCUMENTO OFICIAL<<<<>> DATA / HORA: 26/06/2025 15:34:19 | CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA/SP.
CHAVE DE ACESSO: PROTM-195868-701V6B-7C8T3F | Para validar acesse nosso Portal em: <http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br>.

